21 a 22 agosto 2025
CAMPINAS
VALENCIA
19 a 20 junho 2025
XVII SIIU
Seminário Internacional de Investigação em Urbanismo
DOI: 10.5821/siiu.14398

QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS NO PLANEJAMENTO E NO PROJETO DE ÁREAS VERDES

Reflexões sobre a experiência extensionista entre a universidade e o poder público

LIMA, Ana Gabriela Godinho [1]
COELHO, Eliene Corrêa Rodrigues [2]
CASIMIRO, Matheus de Vasconcelos [3]
CORADIN, Renata Fragoso [4]

Abstract
This article analyzes extension actions developed between 2023 and 2024 within the scope of the "Academic-Scientific-Cultural Cooperation Agreement" between Universidade Presbiteriana Mackenzie and the City of Suzano, focusing on the planning and creation of green areas in the context of the review of the Master Plan. Based on authors such as Falú (2014), Muxí (2018) and Gomes (2023), the theoretical framework articulates feminist urbanism, care policies and situated design practices. The methodology adopted a qualitative-descriptive approach, with triangulation of sources (documents, interviews, participant observation and workshops). Three axes guided the analysis: design practices focusing on gender and childhood, collective pacts and academic and institutional impacts. Among the results, the following stand out: development of design and critical skills by students; review of professional practices of the municipal team; the production of dissertations, articles and scientific initiations; the formulation of proposals incorporated into the goals of implementing 40 new squares. It is concluded that the integration of university extension actions leads to the establishment of partnerships between the Public Authorities, Universities and institutions, favoring project proposals formulated based on collaboration and listening among agents and participants, contributing to academic and technical improvement and the production of green areas consistent with the real needs of their users.

Keywords: *urban green infrastructure, gender-sensitive urban design, community engagement, public space design, child-friendly urban design.*

Resumo
Este artigo analisa ações extensionistas desenvolvidas entre 2023 e 2024 no âmbito do "Acordo de Cooperação Acadêmico-Científico-Cultural" entre a Universidade Presbiteriana Mackenzie e a Prefeitura de Suzano, com foco no planejamento e criação de áreas verdes

[1] Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, Grupo de Pesquisa: RAMA: Observatório de Práticas Projetuais, Projeto de Extensão: A Natureza na/da Urbanização nas políticas de planejamento urbano dos municípios de São Paulo e Suzano, Brasil, http://orcid.org/0000-0003-2529-0596, anagabriela.lima@mackenzie.br.
[2] Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, Grupo de Pesquisa: RAMA: Observatório de Práticas Projetuais, Projeto de Extensão: A Natureza na/da Urbanização nas políticas de planejamento urbano dos municípios de São Paulo e Suzano, Brasil, https://orcid.org/0000-0002-6922-2109, elienecorrea.coelho@mackenzie.br.
[3] Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, Grupo de Pesquisa: RAMA: Observatório de Práticas Projetuais, Projeto de Extensão: A Natureza na/da Urbanização nas políticas de planejamento urbano dos municípios de São Paulo e Suzano, Brasil, https://orcid.org/0000-0002-7313-4283, matheus.casimiro@mackenzie.br.
[4] Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, Grupo de Pesquisa: RAMA: Observatório de Práticas Projetuais, Projeto de Extensão: A Natureza na/da Urbanização nas políticas de planejamento urbano dos municípios de São Paulo e Suzano, Brasil, https://orcid.org/0009-0004-6363-6978, renata.coradin@mackenzie.br.

no contexto da revisão do Plano Diretor. Fundamentado em autores como Falú (2014), Muxí (2018) e Gomes (2023), o referencial teórico articula urbanismo feminista, políticas do cuidado e práticas projetuais situadas. A metodologia adotou abordagem qualitativa-descritiva, com triangulação de fontes (documentos, entrevistas, observação participante e oficinas). Três eixos orientaram a análise: práticas projetuais com foco em gênero e infância, pactos coletivos e impactos acadêmicos e institucionais. Entre os resultados, destacam-se: desenvolvimento de competências projetuais e críticas por parte dos estudantes; revisão de práticas profissionais da equipe municipal; a produção de dissertações, artigos e iniciações científicas; a formulação de propostas incorporadas às metas de implantação de 40 novas praças. Conclui-se que a integração das ações de extensão universitária enseja a realização de parcerias entre Poder Público, Universidade e instituições, favorecendo proposições projetuais formuladas a partir da colaboração e escuta dentre agentes e participantes, contribuindo para o aperfeiçoamento acadêmico e técnico e a produção de áreas verdes condizentes com as reais necessidades de suas/seus usuários.

Palavras-chave: *infraestrutura verde urbana, desenho urbano sensível a gênero, engajamento da comunidade, desenho do espaço público, desenho urbano amigável à infância.*

Área temática: *Cidade – Sobre o campo do urbanismo.*

Subárea temática: *Planejamento participativo, políticas e gestão.*

1. Introdução

Este estudo teve como objetivo analisar um conjunto ações de extensão universitária relacionadas ao planejamento e a criação de praças públicas no âmbito do "Acordo de Cooperação Acadêmico-Científico-Cultural" firmado entre as partes em outubro de 2022, no contexto da revisão do Plano Diretor de Suzano. Visa ainda contribuir para a promoção de parcerias entre academia e instituições públicas, fomentando proposições projetuais participativas relevantes para o contexto da revisão do Plano Diretor de Suzano e de interesse para pesquisadores e profissionais do planejamento urbano. Participaram estudantes de graduação em arquitetura e urbanismo, docentes e pesquisadores vinculados ao projeto de pesquisa Rama: Observatório de Práticas Projetuais e o projeto de extensão a ele vinculado, "A Natureza na/da Urbanização nas políticas de planejamento urbano dos municípios de São Paulo e Suzano". Foram envolvidos servidores da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação, técnicos de outras secretarias, crianças de zero a cinco anos matriculadas em três escolas municipais, seus professores e gestores. As perguntas da pesquisa consistiram em: quais competências projetuais e de pesquisa foram desenvolvidas; que negociações mediaram decisões projetuais e como essas interações repercutiram, por um lado, no desenvolvimento da pesquisa acadêmica e, por outro lado, na formulação de políticas locais para o projeto de áreas verdes. O escopo empírico abrangeu atividades conduzidas entre oficinas, seminários e reuniões técnicas.

A análise concentrou-se em três eixos: a.) a reflexão sobre as práticas projetuais levando em conta aspectos de gênero e infância; b.) ações projetuais realizadas no contexto de pactos coletivos e c.) impactos acadêmicos e institucionais – focalizando a identificação e descrição de modos como as vivências promovidas pelas atividades de extensão universitária impactaram na formação de estudantes, práticas de pesquisa acadêmica e produção intelectual, pelo lado da academia; e o papel dos subsídios empíricos, conceituais e projetuais nos encaminhamentos da Prefeitura de Suzano em relação ao desenho das áreas verdes municipais.

Nesse contexto, a equipe do projeto de pesquisa Rama: Observatório de Práticas Projetuais atuou na promoção e encaminhamento das atividades compreendendo oficinas, seminários e reuniões técnicas envolvendo quatro grupos de participantes: a equipe universitária composta por docentes e discentes de graduação e pós-graduação, servidores da Prefeitura Municipal de Suzano, integrantes de Escolas Municipais de Suzano – selecionadas com base e sua proximidade a praças e disponibilidade de seus diretores em envolverem suas escolas nas atividades, experts nas áreas de Educação, Gênero, Cidades e Paisagem, convidados a tomar parte em atividades pontuais.

Com este cenário em vista, o artigo está organizado em cinco seções. Após a introdução apresenta-se a revisão teórica que fundamentou a reflexão sobre a extensão universitária; os aspectos de gênero,

infância mobilizados nas propostas projetuais e o papel da experiência vivencial. Em seguida descreve-se a metodologia qualitativa-descritiva utilizada, detalhando procedimentos e critérios de análise. Segue-se a apresentação e comentários sobre os resultados empíricos distribuídos nos três eixos analíticos (descritos acima) à luz do referencial teórico. A última seção reúne as conclusões, indicando implicações para a pesquisa acadêmica e políticas locais de áreas verdes.

2. Referencial teórico

A extensão universitária contemporânea integra ensino, pesquisa e intervenção social em um processo dialógico entre saberes acadêmicos e populares (Duarte, 2014). Silva e Franco (2020) enfatizam que as ações extensionistas ressignificam métodos e currículos, ao inserir estudantes em contextos reais, confrontando-os com problemas vividos por grupos vulneráveis. Imperatore (2019) reforça essa visão ao propor a tríade extensão-pesquisa-ensino, destacando como o ciclo de intervenção comunitária, investigação acadêmica e retorno do conhecimento transformado ao território contribui para o protagonismo estudantil e a transformação social. O Plano Nacional de Educação estabelece juridicamente essa proposta ao obrigar que 10% da carga horária dos cursos superiores sejam dedicados às ações extensionistas (Brasil, 2014). No âmbito desta discussão, a inter-relação entre gênero, infância e planejamento urbano emerge, exigindo abordagens interdisciplinares que articulem vivências cotidianas e processos institucionais.

No campo da Arquitetura e Urbanismo, essa perspectiva amplia a atuação discente em contextos urbanos precários, estimulando soluções participativas para questões de infraestrutura, em que se insere o planejamento e projeto das áreas verdes municipais. Trabalhos analisados por Morettin e Lima (2024) discutem como as atividades extensionistas contribuem para propostas projetuais que levam em consideração a cultura e as dinâmicas socioespaciais locais, alinhando rigor técnico, ética e compromisso social.

Cabe destacar que a produção do espaço urbano em que se dão as atividades extensionistas se realiza na arena conflitiva onde diferentes atores negociam usos, símbolos e sentidos da cidade. Teresa Caldeira (2000) discute o exemplo das periferias paulistanas, em que práticas cotidianas como o “falar de crime” e as redes de vizinhança constituem formas de política ordinária que escapam ao desenho formal do Estado; nelas, segurança, infraestrutura e reconhecimento são conquistados por meio de alianças horizontais, os “circuitos de legitimidade”. Esses circuitos operam como pactos coletivos provisórios capazes de sustentar obras comunitárias, pressionar por equipamentos públicos e disputar narrativas sobre quem tem direito de permanecer nos lugares. Raquel Rolnik (2015) reforça essa leitura ao historicizar a reforma urbana brasileira: das lutas por urbanização de favelas nos anos 1980 ao Estatuto da Cidade, os avanços institucionais nasceram de coalizões entre movimentos populares, universidades e técnicos governamentais que transformaram reivindicações localizadas em novos dispositivos legais e orçamentários.

A literatura feminista latino-americana, por sua vez, evidencia que o desenho das cidades, incluindo seus parques e praças, nunca é neutro. Zaida Muxí (2018) destaca que as mulheres experimentam o medo de maneira diferenciada, o que as leva a reivindicar percursos visíveis, iluminação constante e atividades intensas nas bordas dos espaços públicos. Complementando essa perspectiva, Ana Falú (2014) afirma que a violência urbana tende a se concentrar em áreas vazias ou “zonas de ninguém”. Por isso a relevância de que se desenhem estrategicamente rotas cotidianas relacionadas às tarefas de cuidado, como o caminho entre escolas, mercados e transporte público, percorridas predominantemente por mulheres. Quando se entrelaçam gênero e infância, emergem novas necessidades projetuais, incluindo brinquedos inclusivos, mobiliário adaptado à escala infantil e áreas com sombra, elementos essenciais para garantir uma permanência mais longa nos espaços, conforme sistematizam Loeb e Lima (2021).

Estudos comparativos realizados em Córdoba, Montevidéu e Recife mostram que a aplicação desses critérios ampliou em até 40% a frequência feminina nos parques aos finais de semana (Muxí, 2018). Falú (2014) ressalta, entretanto, que tal apropriação só se sustenta a longo prazo quando associada a políticas eficazes de manutenção e controle social, evitando que espaços planejados de forma inclusiva se deteriorem com o tempo.

Neste sentido, os princípios feministas para o desenho das cidades têm o potencial de contribuir para a transição do paradigma da "área verde residual" para o de "infraestrutura de cuidado". Esse deslocamento epistemológico posiciona profissionais da arquitetura como mediadores entre demandas provindas dentre os diferentes grupos que fazem uso da cidade, propondo que cidades e suas áreas

verdes adequadas para mulheres e crianças são adequadas para todos. Ana Falú (2014) corrobora essa visão ao afirmar que, quando as mulheres se sentem seguras, toda a comunidade ganha em vitalidade social e na redução da criminalidade.

É neste âmbito que os acordos emergentes são atravessados por assimetrias de gênero, raça e classe. A tese de Norma Gomes (2023) evidencia como guias de urbanismo feminista – entre eles os de Viena, Barcelona e Bogotá – propõem metodologias que partem da experiência cotidiana das mulheres para redefinir prioridades de investimento, critérios de desenho e indicadores de sucesso. Nessas experiências, marchas exploratórias, auditorias de segurança e oficinas cartográficas funcionam como rituais de co-produção do conhecimento: transformam saberes situados em diretrizes técnicos-normativas, legitimando a presença feminina como sujeito de decisão sobre o espaço público.

Ao articular os aportes de Caldeira (2000), Rolnik (2015) e Gomes (2023), depreende-se que pactos entre diferentes grupos envolvidos em proposições projetuais beneficiam-se de três camadas de mediação:

1. Enraizamento territorial – a negociação parte de problemas vividos (qualidade dos espaços públicos como praças, sensação de insegurança, tempo de cuidado) e mobiliza redes locais que já trocam favores, serviços e afetos;
2. Tradução técnico-jurídica – universidades e profissionais convertem demandas em diagnósticos, mapas e minutas de lei, reduzindo a distância entre linguagem popular e burocrática;
3. Institucionalização flexível – o acordo se materializa em instrumentos formais (termos de cooperação, editais, planos setoriais), mas preserva canais de revisão contínua, permitindo ajustes conforme o uso cotidiano revele novas necessidades.

3. Metodologia

3.1. Abordagem qualitativa

Optou-se pela abordagem qualitativa descritiva, pois permite uma análise dos processos extensionistas realizados entre 2023 e 2024 ao capturar, a partir de registros gráficos, textuais e depoimentos, as interações entre os grupos de atores envolvidos – possibilitando constatar os achados, conceituais, empíricos e projetuais que emergiram das atividades extensionistas (Coelho; Girotto; Andrade, 2024). A triangulação de relatos, observações e documentos contribuiu para trazer à tona elementos produzidos pela cooperação entre universidade e poder público.

Os procedimentos adotados foram: análise documental, observação participante, entrevistas e oficinas Para a sistematização do material, adotou-se uma estratégia de triangulação envolvendo diferentes tipos de fontes primárias. Foram analisados o acordo de cooperação institucional, relatórios de oficinas, registros fotográficos das atividades, transcrições de seminários e entrevistas semiestruturadas com estudantes e servidores. A etapa de coleta consistiu no registro sistemático das interações e transformações ocorridas ao longo das atividades extensionistas realizadas entre 2023 e 2024. Em seguida, os dados foram organizados, categorizados e validados por meio da triangulação documental, observacional e discursiva, permitindo a identificação de padrões e a construção de análises dos elementos de conhecimento produzidos nas atividades extensionistas.

3.2. As atividades extensionistas

A primeira atividade foi o Seminário Internacional “Suzano do Amanhã+5”, realizado em agosto de 2023, que reuniu mais de 500 participantes, incluindo acadêmicos, representantes do poder público, lideranças comunitárias, organizações não governamentais, estudantes universitários e entidades de classe (figura 1 e 2). O objetivo principal deste seminário foi identificar e debater questões-chave relacionadas às áreas verdes, considerando sua importância na revisão do Plano Diretor de Suzano. Para este encontro, foram convidados palestrantes especialistas estrangeiros e brasileiros: Zaida Muxí Martínez, arquiteta e urbanista de origem argentina especialista em urbanismo feminista; Josep Maria Montaner, arquiteto espanhol especialista em teoria da arquitetura e habitação social; Andreas Matzarakis, climatologista alemão especialista em conforto térmico urbano; e dos nacionais Vital Didonet, especialista brasileiro em educação infantil e políticas públicas, e Laura Ceneviva, arquiteta brasileira especialista em planejamento urbano e sustentabilidade. Foram abordados três grupos temáticos: a perspectiva de gênero na formulação de políticas urbanas e habitacionais; as necessidades da criança como referência para projetos de espaços coletivos de cidadania igualitária;

os desafios ambientais e infraestruturas, tais como conforto térmico urbano e drenagem em regiões de áreas verdes urbanas como estratégia de mitigação das mudanças climáticas.





Fig. 1 e 2 *Registros dos dois dias do Seminário Internacional "Suzano do Amanhã +5"*. Fonte: própria, 2023

Como desdobramento das discussões do seminário, realizaram-se duas oficinas projetuais na FAU Mackenzie. A primeira delas, "O que tem atrás desse muro?", aconteceu em outubro de 2023, com a participação de estudantes, professores e servidores públicos. Durante a oficina, visitas de campo, palestras do arquiteto paisagista Sun Alex e análises de desenhos produzidos por crianças do ensino infantil foram utilizadas para subsidiar hipóteses projetuais para novas praças públicas nos bairros Vila Amorim, Monte Cristo e Palmeiras.

A segunda oficina, "Quando os muros caem, que utopias construímos?", realizada em 2024, deu continuidade à reflexão prática e teórica iniciada anteriormente. Além de apresentar os resultados da primeira oficina e os projetos municipais já consolidados, a atividade contou com palestra da cofundadora da International Play Association – IPA, Marilena Flores Martins. Novas áreas urbanas de Suzano foram objeto de análise e propostas projetuais a partir das temáticas de gênero e infância.

Ao longo das atividades realizadas (figura 3 a 6), foram produzidas mais de cem representações de demandas desejadas para as praças, por crianças de 0 a 5 anos de idade das três escolas participantes, tomadas como base do processo de projeto, juntamente com as conversações realizadas no workshop realizado em outubro de 2023 (Coelho; Girotto e Andrade, 2024).









Fig. 3 a 6 *Fotos com registros das atividades das oficinas ocorridas em 2023 e 2024*. Fonte: própria, 2023 e 2024

4. Resultados

Os resultados obtidos a partir das atividades extensionistas foram organizados em quatro principais dimensões, que expressam tanto as contribuições conceituais quanto os impactos práticos do processo: a perspectiva de gênero na análise e formulação das propostas projetuais; o aperfeiçoamento das práticas profissionais da equipe municipal; a produção acadêmica e a formação de novas pesquisadoras e pesquisadores; e, por fim, os subsídios gerados para a formulação de políticas públicas locais. A seguir, cada uma dessas dimensões é detalhada

4.1. A Perspectiva de Gênero

Na análise das cartografias, observou-se que os maiores déficits de praças ocorreram em territórios precários, predominantemente habitados por mulheres e crianças. Nas áreas de urbanização consolidada os espaços públicos das praças eram utilizados principalmente por homens. Durante as visitas aos territórios, as dificuldades de acesso enfrentadas pelas mulheres (a maioria das responsáveis por levar as crianças às escolas). Trajetos ermos, calçadas esburacadas e matagais que poderiam ocultar ameaças – foram destacados como problemas a serem abordados nas propostas projetuais. Estas passaram a incorporar medidas para melhorar a sensação de segurança, como elevação dos pontos de observação, iluminação contínua, criação de recintos com vegetação baixa e a integração a espaços infantis, de modo a favorecer a permanência e a apropriação equitativa de meninas e meninos.

4.2. Aperfeiçoamento profissional de servidores públicos

As conversas realizadas entre os agentes públicos e da universidade elucidaram fragilidades no planejamento territorial e nas práticas projetuais dos espaços verdes, em especial as praças públicas. Estas fragilidades emergiram do entendimento de que as ações da administração, tanto na esfera do planejamento territorial – as elaboradas no Plano Diretor em vigência, por exemplo – quanto as dos Programas e Projetos em andamento – como a produção de projetos de espaços públicos –, não refletiam as demandas atuais da sociedade e necessitavam incorporar, no âmbito das soluções propostas, a superação de desafios da cidade contemporânea, relacionados às transformações sociais e às fragilidades ambientais, materializados aqui no atendimento às demandas de gênero, infância e das mudanças climáticas.

O ato contínuo na atuação dos servidores públicos foi relatada por este grupo como justificativa para uma prática sem lugar para reflexão. As vivências ocorridas nas oficinas extensionistas – as trocas, diálogos e trabalho conjunto, foram relatadas, por outro lado, como momentos de inflexão, capaz de mudar a forma de atuar da equipe de projetos da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação (SMPUH). Um dos principais pontos destacados foi o desenvolvimento de propostas projetuais levando em consideração as demandas e os desejos dos usuários, que chegaram à equipe por ocasião da realização das oficinas.

4.3. Produção acadêmica e Formação de pesquisadora/es

No contexto do projeto de pesquisa Rama, além de três artigos acadêmicos: “A Cooperação entre Poder Público e Universidade no Enfrentamento às Mudanças Climáticas: o plano de trabalho entre a prefeitura de Suzano e FAU-Mackenzie”, “Experiência de Extensão Universitária como Processo de Projeto: o olhar da criança para o desenho dos espaços públicos” e “Processo de Criação de Praças Públicas em Suzano-SP: dos debates do plano diretor à criação coletiva de espaços livres junto à escolas públicas", foram concluídos a dissertação de mestrado sobre mobilidade urbana e urbanismo feminista em Suzano, elaborada por Ana Laís Cardoso Rodrigues, e as iniciações científicas de Marina Terzi Cannillo, que investigou o impacto da arquitetura escolar no desenvolvimento infantil, e de Alexandre Gomes Piazza Faria, focada no mapeamento e análise das áreas verdes municipais. Além disso, as temáticas abordadas contribuíram para a formulação do projeto de extensão.

4.4. Subsídio para Formulação de Políticas Públicas e potencial transformação da cidade

As propostas desenvolvidas nas Oficinas de 2023 e 2024 foram sistematizadas e encaminhadas para a gestão municipal de Suzano, tendo sido integradas à meta municipal de implantação de aproximadamente quarenta praças entre 2025 e 2028, aguardando recurso público para sua implementação

5. Considerações finais

5.1. Contribuições para políticas públicas locais de áreas verdes

Os resultados obtidos nas atividades organizadas pela equipe do projeto Rama em parceria com a Prefeitura de Suzano produziram insumos para a formulação de políticas públicas locais para áreas verdes, ao incorporar critérios de gênero, infância e participação intergeracional, que anteriormente não estavam integralmente presentes nos instrumentos normativos vigentes. A análise dos pactos coletivos e das propostas de práticas projetuais revelou que, embora existam adequações parciais – como a priorização de intervenções em áreas de vulnerabilidade – ainda persistem lacunas, sobretudo na integração dos saberes comunitários e na sistematização de indicadores de segurança e acessibilidade. Esse conjunto de diretrizes apresenta potencial de replicação em outros municípios, contribuindo para a ampliação de práticas participativas e de políticas urbanas mais inclusivas.

5.2. Integração curricular da extensão em arquitetura e urbanismo

A experiência extensionista do Projeto de Pesquisa Rama: Observatório de Práticas Projetuais, promoveu a integração das ações de extensão no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie por meio da implementação sistemática de oficinas, seminários e demais atividades práticas. Possibilitou-se assim que estudantes se envolvessem com atividades relacionadas ao planejamento e projeto para áreas verdes para a cidade de Suzano. Os resultados acadêmicos incluem, até o momento de submissão deste artigo, a realização de seis iniciações científicas, dois Trabalhos Finais de Graduação, uma dissertação de mestrado e a publicação de quatro artigos acadêmicos, articulando as temáticas das envoltórias urbanas de escolas públicas, áreas verdes e o desenho urbano com perspectiva de gênero.

5.3. Síntese

À luz dos objetivos estabelecidos, conclui-se que a cooperação entre a Universidade Presbiteriana Mackenzie e a Prefeitura de Suzano fortaleceu as competências projetuais e investigativas dos estudantes e pesquisadores envolvidos. Evidenciou-se que as práticas extensionistas estimularam o desenvolvimento de habilidades críticas para diagnosticar problemas urbanos reais e propor soluções contextuais, especialmente a partir das perspectivas de gênero e infância. As negociações entre universidade, poder público e comunidade permitiram alinhamentos de expectativas e a formulação de pactos coletivos que enriqueceram os processos projetuais. Tais interações geraram impactos concretos tanto na esfera acadêmica – materializados em Trabalhos Finais de Graduação, iniciações científicas, mestrado e publicações – quanto na esfera institucional, com a incorporação de novos critérios nas políticas locais para áreas verdes.

6. Referências

BRASIL. (2014). *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação 2014-2024 e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

CALDEIRA, T. P. R. (2000). *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. 2ª ed. São Paulo: Editora 34.

CASIMIRO, M. V., COELHO, E. C. R., LIMA, A. G. G. e CORADIN, R. F. (2024). Processo de criação de praças públicas em Suzano-SP: dos debates do plano diretor à criação coletiva de espaços livres junto às escolas públicas. *XVIII Colóquio Quapá-SEL – SELs e Mudanças do Clima: transformações, conflitos territoriais e injustiças socioambientais*, Palmas – TO.

CASIMIRO, M. V., LIMA, A. G. G., COELHO, E. C. R. e AGUILAR, C. B. B. (2024). A cooperação entre poder público e universidade no enfrentamento às mudanças climáticas: o plano de trabalho entre a prefeitura de Suzano e FAU-Mackenzie. *Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo*, Lisboa, 2023.

COELHO, E. C. R., GIROTTO, C. M. e ANDRADE, B. E. C. (2024). Experiência de extensão universitária como processo de projeto: o olhar da criança para o desenho dos espaços públicos. *11º Fórum de Pesquisa FAU+D Mackenzie: emergências e permanências*, São Paulo.

DUARTE, J. S. (2014). *As contribuições da extensão universitária para o processo de aprendizagem, a prática da cidadania e o exercício profissional*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Brasília, Brasília.

FALÚ, A. (2014). *Seguridad de las mujeres y derecho a la ciudad: aportes para la construcción de ciudades sin violencia*. Quito: ONU-Hábitat.

GOMES, N. G. U. (2023). *A voz das mulheres na teoria do urbanismo: uma análise crítica dos guias de urbanismo feminista*. Tese (Doutorado) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo.

IMPERATORE, S. L. B. (2019). *Curricularização da extensão: experiência da articulação Extensão-Pesquisa-Ensino-Extensão como potencializadora da produção e aplicação de conhecimentos em contextos reais*. Rio de Janeiro: Gramma.

LIMA, A. G. G. e MORETTIN, M. H. (2024). Catalisadores urbanos como estratégia projetual: três estudos de caso de trabalhos de final de curso. *Anais do Encontro Nacional da Associação de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo: Encruzilhadas – convergências e dispersões*, Rio de Janeiro: FAU/UFRJ.

LOEB, R. M. e LIMA, A. G. G. (Orgs.). (2021). *Cidade, gênero e infância*. São Paulo: Romano Guerra; Pistache.

MUXÍ, Z. (2018). *Mujeres, casas y ciudades*. Barcelona: dpr-barcelona.

ROLNIK, R. (2015). *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. 2ª ed. São Paulo: Boitempo.

SILVA, A. W. C. e FRANCO, P. F. C. (Orgs.). (2020). *Curricularização da extensão: compromisso social e inovação*. Santos: Editora Universitária Leopoldina.